



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

188

Reexame Necessário nº 58288-1 – Comarca de Pesqueira
Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Pesqueira
Remetidos: Município de Poção e Selma Sueiy de Farias

5524

EMENTA: ADMINISTRATIVO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO DE JURISDIÇÃO. SERVIDOR MUNICIPAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REEXAME IMPROVIDO SEM DISCREPÂNCIA DE VOTOS. 1. Depreende-se dos autos que Selma Sueiy de Farias, ocupante do cargo de Professora no Município de Poção, logrou comprovar que preenchia o pressuposto específico legalmente exigido para a progressão funcional almejada, vez que instruiu a exordial com o Certificado de Licenciatura em Letras com Habilitação em Português/Inglês de fl. 08, não deixando, portanto, qualquer dúvida quanto ao malferimento do direito líquido e certo invocado. 2. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Reexame Necessário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 58288-1, em sessão realizada no dia 14 de janeiro de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de janeiro de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator

0058288-1 : Duplo Grau. Obrig. Jurisdição
Protocolo : 02182321
Comarca : Pesqueira
Vara : 2ª Vara Cível Por Distribuição
Ação Originária : 00013989/99 Mandado de Segurança
Requerente : Juízo
Requerido : Município de Poção
Requerido : Selma Suely de Farias
Advogado : Jorival França de Oliveira Júnior
Órgão Julgador : Terceira Câmara Cível
Relator : Des. Macêdo Malta



RELATÓRIO

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.
Não houve Recurso Voluntário da Apelação.

O juízo da Comarca de Poção (vara unica) submeteu ao reexame necessário por esta Egrégia Terceira Câmara Cível, a decisão proferida em sede de Mandado de Segurança impetrado por **Selma Suely de Farias** contra ato do Exmo.Sr. Prefeito do Município da Comarca de Poção concessiva da segurança, determinando a apontada autoridade coatora a proceder a progressão funcional pleitada pela impetrante com a remuneração e vantagens referentes ao nível funcional correspondente a habilitação da impetrante. (licenciatura plena em letra).

O Dr. juiz fundamentou o "decisum" monocratico alegando que o pedido encontra amparo na lei municipal nº 410/98, art.17, II. e ainda, tendo em vista o reconhecimento da procedência do pedido pela autoridade impetrada ao prestar suas informações, (Fl.59), destacou ademais, que deixou de condenar em honorários advocatícios a teor da súmula 512 do STF.

Intimada a autoridade impetrada não interpôs recurso voluntário (Fl.77v).

Requerido o cumprimento da decisão mandamental pelo impetrado (Fl.106).

Remetido a este Egrégio Tribunal de Justiça a sentença recorrida em 16/11/1999.

Nesta 2ª instância a douta procuradoria de justiça ofertou parecer opinando pela confirmação da sentença recorrida.

Inclua-se em Pauta.

Recife, 11 de abril de 2000


Des. Macêdo Malta
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



190

Reexame Necessário nº 58288-1 – Comarca de Pesqueira
Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Pesqueira
Remetidos: Município de Poção e Selma Suely de Farias

RELATÓRIO

Cuida-se de Reexame Necessário em face de sentença que, nos autos do Mandado de Segurança nº 1743-98, concedeu a segurança pleiteada, determinando que a autoridade apontada como coatora procedesse ao enquadramento da impetrante no cargo de Professor Nível "B", do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Poção/PE, com vencimentos e vantagens referentes ao novo nível funcional.

Não houve interposição de apelo.

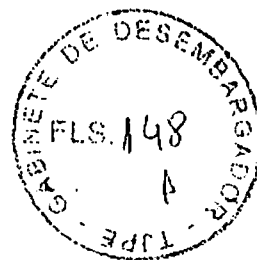
A Douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 115/116, opinou pela confirmação da sentença.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 14 de dezembro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário nº 58288-1 – Comarca de Pesqueira
Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Pesqueira
Remetidos: Município de Poção e Selma Suely de Farias

VOTO

Depreende-se dos autos que Selma Suely de Farias, ocupante do cargo de Professor no Município de Poção, impetrou o presente *mandamus* sob o argumento de que seu direito líquido e certo de obter a progressão funcional prevista no art. 17, II, §3º, da Lei Municipal nº 410/98 teria sido descumprido, porquanto, não obstante ter comprovado ser portadora de licenciatura plena específica, teve seu requerimento indeferido na esfera administrativa.

Eis o teor do dispositivo legal suscitado:

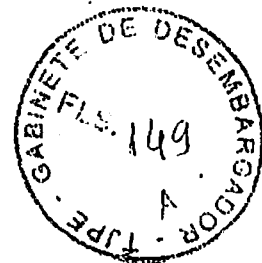
Art. 17 – O Magistério será constituído de Cargo Único, composto de NÍVEL, na progressão vertical de "A" a "E", de acordo com a titulação profissional e REFERÊNCIAS na progressão horizontal de "I" a "IV", considerados os critérios estabelecidos no Parágrafo Quinto deste artigo, nos seguintes termos:

II – NÍVEL "B" – Corresponde ao professor do ensino médio e fundamental portador de licenciatura plena específica;

§3º - Para os professores do quadro efetivo, a progressão de NÍVEL, dar-se-á automaticamente, quando da apresentação da titulação exigida no ANEXO III;

Na hipótese, verifico que a impetrante logrou comprovar que preenchia o pressuposto específico legalmente exigido para a progressão funcional almejada, vez que instruiu a exordial com o Certificado de Licenciatura em Letras com Habilitação em Português/Inglês de fl. 08, não deixando, portanto, qualquer dúvida quanto ao malferimento do direito líquido e certo invocado.

Outrossim, impende registrar que a autoridade coatora, em suas informações de fls. 53/59, reconheceu o direito da impetrante, tendo informado, inclusive, que procederia com o seu enquadramento no cargo pleiteado, pelo que não vislumbro motivos para maiores digressões.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do Reexame necessário, com a conseqüente confirmação da sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 14 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator